

CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA PARA O CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO

CONTRIBUTION OF BRAZILIAN AGRICULTURAL POLICY TO AGRIBUSINESS GROWTH

Rildo Mourão Ferreira Mourão¹
Érika²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal discorrer sobre a contribuição da política agrícola brasileira para o crescimento do agronegócio. Por ser um setor considerado de suma importância no desenvolvimento do país, o agronegócio contribui para a geração de emprego e renda garantindo a segurança alimentar, reduzindo a pobreza e desigualdade no país. Nesse contexto, esse trabalho busca discorrer um pouco sobre o histórico da agricultura e da agropecuária do país, além de destacar os principais produtos produzidos e exportados. Destacando ainda alguns dos principais instrumentos da política agrícola brasileira tais como: o crédito rural, seguro rural, o Pronaf e a PGPM, instrumentos esses que contribuíram ativamente para que o setor agrícola brasileiro se impulsionasse e se tornasse a potência mundial que é hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio; Crédito Rural; PGPM; Política Agrícola; Pronaf.

ABSTRACT

This article aims to discuss the contribution of Brazilian agricultural policy to the growth of agribusiness. As a sector considered of paramount importance in the country's development, agribusiness contributes to the generation of employment and income, guaranteeing food security, reducing poverty and inequality in the country. In this context, this work seeks to discuss a little about the history of agriculture and agriculture in the country, in addition to highlighting the main products produced and exported. Also highlighting some of the main instruments of Brazilian agricultural policy such as: rural credit, rural insurance, Pronaf and PGPM, instruments that actively contributed to the Brazilian agricultural sector to boost itself and become the world power it is today.

KEYWORDS: Agribusiness; Rural credit; PGPM; Agricultural Policy; Pronaf.

¹ Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Rio Verde – UnirRV.

² Pós-Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - UNB. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP. Mestre em Direito das Relações Empresariais pela Universidade de Franca – Unifran. Especialista em Direito das relações do Trabalho pela Universidade Mogi das Cruzes-UMG. Professor titular na Faculdade de Direito e no Mestrado em Direito do Agronegócio e Desenvolvimento da Universidade de Rio Verde - UniRV. Membro do grupo de Pesquisa em Direito do Agronegócio.

Mourão, R.M.F., Érika; Contribuição Da Política Agrícola Brasileira Para O Crescimento Do Agronegócio. Revista Portuguesa de Ciências Jurídicas V.1, N°2, p.31-48, Ago/Dez. 2020. Artigo recebido em 25/11/2020. Última versão recebida em 11/12/2020. Aprovado em 20/12/2020.

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio possui um importante papel no desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo, e ao longo dos anos têm sido um setor estratégico, onde em vários momentos teve um papel anticíclico como um elemento de estimulação da economia brasileira, contribuindo para a geração de emprego e renda, garantindo a segurança alimentar, a redução da pobreza e da desigualdade no país, além de cooperar de forma significativa para elevar a qualidade ambiental dos ecossistemas (GARCIA e FILHO, 2014).

O Brasil é considerado um dos maiores líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários, o que configura o agronegócio como o setor mais importante da economia nacional, um verdadeiro pilar no desenvolvimento e crescimento do país. Levando em consideração a importância do setor agrícola em termos econômicos e sociais, há a necessidade da implementação de uma gestão sólida capaz de identificar as lacunas existentes nesse processo de produção e distribuição de produtos agrícolas e afins, lapidando os aspectos favoráveis acerca do desenvolvimento do setor e conseqüentemente do país, e para que isso aconteça a intervenção do Estado se torna essencial, não só a fim de controlar, mas também de atuar em prol do funcionamento e desenvolvimento agrícola ou de qualquer outro setor que esteja necessitando, tal intervenção se dá de diversas maneiras, dentre elas convém citar: as políticas públicas nas quais o Estado implementa um projeto de governo, através de programas, e ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Neste contexto, o presente trabalho por meio da pesquisa exploratória bibliográfica busca analisar qual a contribuição da política agrícola brasileira para o crescimento do agronegócio, analisando o histórico da agricultura e da pecuária no Brasil, elencando os principais produtos agrícolas produzidos no país, e destacando os principais instrumentos da política agrícola brasileira que foram essenciais para impulsionar o crescimento do setor.

2. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO

2.1 Histórico da Agricultura no Brasil

A história da agricultura e agropecuária no Brasil está inteiramente relacionada à formação econômica do país, posto que ambos são indissociáveis entre si, de acordo com muitos historiadores, a agricultura no Brasil antes da chegada dos portugueses era feita de forma

rudimentar, os nativos usavam o extrativo da natureza local com base alimentar, eram cultivados dentre outros, o feijão, o milho, a batata doce e principalmente a mandioca, utilizavam ainda um sistema de plantio denominado coivara, que consistia na derrubada da mata e queimada do solo (MORAES, 2017).

Segundo os estudos de Paiva et al., (1973) com a chegada dos portugueses ao país, os gêneros alimentícios cultivados pelos nativos do Brasil se incorporaram aos alimentos dos colonos lusos, que de imediato tinham o plano de dividir a costa brasileira em doze setores lineares até a linha das Tordesilhas com grandes extensões de terra atribuídas aos donatários, tendo a exploração da cana-de-açúcar, o pau-brasil e o algodão como principal motivação econômica.

Com o processo de colonização do Brasil, e a decadência da exploração do pau-brasil após algumas décadas, a cana-de-açúcar passou a ser o primeiro alimento a ser produzido em grande escala, o projeto de plantio da cana contou com terra fértil no nordeste do Brasil, tornando-se rapidamente o principal produto da agricultura brasileira (MORAES, 2017).

No entanto de acordo com Landau et al., (2020) a cultura da cana só era viável se produzida em grandes plantações, diante disso devido as circunstâncias o tipo de exploração agrária adotada no país foi o da monocultura em grandes propriedades o que sujeitou o trabalho escravo, de início indígena e posteriormente africano.

Nesse sentido, Simonsen (2005) pontua que o cultivo da cana-de-açúcar no país naquela época era exclusivamente para a produção de açúcar, o que demandava uma complexa organização de terras, técnicas e mão de obra humana, o que acarretou na construção de engenhos para atender essa demanda.

Segundo a concepção de Junior (1983) pode se dizer que o açúcar foi em grande parte o responsável pelas características sociais, políticas e econômicas daquele período, pois a fábrica, o engenho em si, a plantação do canavial eram dispendiosas e assim demandavam muitos investimentos.

Corroborando com o referido autor, Landau et al., (2020) considera a cana-de-açúcar como o primeiro ciclo econômico brasileiro, onde o país deteve o monopólio de produção mundial até meados do século XVIII, quando começou a ter concorrência por parte das colônias holandesas, seguido dos ingleses e franceses que também passaram a produzir o açúcar em suas colônias.

Concomitante a produção de açúcar, ainda em meados do século XVIII o algodão, o tabaco e o cacau começam a ser produzidos também pelo país em larga escala, passando a integrar a pauta de exportações da colônia, onde o algodão de início desenvolveu-se no RPCJ, Portugal-PT, V.1, Nº2, p. 31-48, Ago./Dez.2020 www.revistas.editoraenterprising.net Página 33

Nordeste, em especial no Maranhão e em Pernambuco, o tabaco teve sua produção principal na Bahia, seguido por Alagoas e o Rio de Janeiro, passando posteriormente a ser utilizado como moeda de troca na aquisição de escravos nos mercados da costa africana e por fim, o cacau que inicialmente era explorado apenas em atividade extrativista, no Pará e no Amazonas, começa então a ser também cultivado na Bahia e no Maranhão também por mão de obra escrava (JUNIOR, 1983).

É importante destacar ainda de acordo com Junior (1983) que nessa mesma época surgiram atividades agrícolas acessórias com o objetivo de garantir o sustento da população empregada nas principais culturas exportadoras, tais atividades se constituíram em diferentes formas de organização, dentre os quais se pode destacar dois nichos dessa economia de subsistência, uma vinda dos próprios domínios das grandes lavouras e dos engenhos para alimentar a própria mão de obra, e outra focada no abastecimento os aglomerados urbanos ainda incipientes.

Convém mencionar ainda que após algumas décadas da decadência do açúcar, foram descobertas as primeiras jazidas de ouro no país, já no início do século XVIII, dando início ao chamado ciclo da mineração, que se tornou a grande força motriz da economia brasileira em três quartos de século, declinando um pouco o sucesso da agricultura no país, chegando ao ápice em 1760 e apresentando um rápido declínio posterior (LANDAU, 2020).

Um pouco mais adiante, segundo Paiva et al., (1973) já no início do século XIX iniciou-se o cultivo de uma cultura que sobressairia todas as culturas produzidas anteriormente no Brasil, culminando no crescimento acelerado da agricultura novamente no país, de origem africana, o café, passou a ocupar a partir de 1831 o primeiro lugar na pauta de exportações, vindo a se tornar a principal base econômica da sociedade brasileira do século XIX e início do XX, sendo os Estados Unidos um dos nossos principais mercados consumidores.

De uma maneira geral, Bacha (1988) afirma que o desenvolvimento da cultura cafeeira no Brasil levou a geração de capital necessário para a diversificação econômica do país, bem como a criação de um mercado, no entanto de início não houve medidas públicas diretas que incentivassem a expansão da produção do café, as preocupações diante disso se concentravam nos aspectos fiscais da exportação do produto e na propaganda de produtos no exterior, no entanto entre 1897 e 1929 houve um grande crescimento e produção acelerada e desordenada da cultura do café o que acabou por gerar problemas de superprodução acarretando na adoção de medidas públicas a fim de defender a cafeicultura.

O aumento da cultura do café foi tão grande que por meio do século XIX o Brasil já respondia por metade da produção mundial, tendo um aumento ainda maior nos próximos 50

anos seguintes, continuando atrativo e em alta, com investimentos e produção aumentando mesmo que oscilante até a década de 1930 (LANDAU, 2020).

De forma a corroborar com o referido autor Bacha (2004) pontua que a Revolução de 1930 deu início a uma nova fase econômica no país, onde se adotou uma estratégia de centralização da política econômica na esfera federal, o que acabou desincentivando a cultura do café, por outro lado, criou condições para que muitos produtos industrializados importados pudessem ser produzidos internamente, tirando o foco da exportação para o mercado interno.

No período de 1946 a 1964 pode se dizer que poucas políticas foram adotadas no sentido de estímulo a agricultura no Brasil, por outro lado o desenvolvimento econômico nessa época foi liderado pela industrialização, que acabou por modernizar os processos da agricultura, principalmente no que tange a mecanização, viabilizando um aumento considerável da produção a partir da segunda metade do século XX (LANDAU, 2020).

Nessa época, Bacha (2004) afirma que as culturas que mais se desenvolveram no país foram as de mandioca, batata inglesa, algodão, café e cana-de-açúcar, por outro lado, as culturas de feijão, cacau, soja e trigo diminuíram sua produção e os cultivos de arroz e milho e laranja se manteve estáveis nesse período.

Na década de 1950, Landau (2020) explica que o Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek acelerou ainda mais as transformações, ocorrendo uma explosão nas importações de máquinas e implementos, equipamentos que impulsionaram a industrialização, trazendo para o país a indústria automobilística e paralelamente chegou ao país também a indústria de máquinas agrícolas, com a instalação da indústria de tratores em 1959 o que ampliou de forma significativa a mecanização da agricultura brasileira.

Um pouco mais adiante, em 1973, é criada a Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária (Embrapa) que teve como principal função a diversificação da produção agrícola nas diversas regiões do país, ocorrendo ainda o alargamento das fronteiras agrícolas para as regiões do cerrado com incentivo de monocultores com a produção em escala semi-industrial até então de soja, algodão e feijão (BACHA, 2004).

De acordo com Paiva et al.,(1973) na década de 1970 os objetivos do setor agrícola estavam voltados para ofertar alimentos e matérias-primas a preços menores objetivando manter a demanda do mercado doméstico, ampliar a possibilidade de exportação, elevar a renda líquida do próprio setor, oferecer um maior número de empregos e possibilidades de acesso à terra, melhorar a distribuição de renda no setor e ofertar melhores condições de trabalho e garantir condições satisfatórias de vida familiar e social aos agricultores, sendo eles proprietários ou não.

Nos anos de 1965 a 1986 (Bacha, 2004) afirma ser notável o grande avanço da atividade agrícola tanto na lavoura quanto na pecuária, nota-se um acréscimo de 21,3 milhões de hectares com lavouras permanentes, e um pouco mais adiante já em 1994 o Brasil consegue se estabilizar economicamente, onde o setor agrícola recebe atenção especial por meio de incentivos do próprio mercado, por meio da cadeia do agronegócio, avançando a agricultura para viver um período de produtividade proporcionada principalmente pelo processo de mecanização do campo.

2.2 Histórico da Agropecuária no Brasil

Segundo Moraes (2017) os registros históricos pertinentes a pecuária no Brasil descrevem que o objetivo primário era a produção de alimentos de origem animal e o fornecimento de matéria-prima para a indústria de transformação, com artigos de vestuários e sapatos, englobando a bovinocultura, ovinocultura, eqüinocultura, avicultura, e ainda a criação de muaras, asininos e caprinos.

O desenvolvimento da pecuária se deu ainda no processo de colonização, com a introdução do gado bovino, visando de início colaborar com a cultura canavieira, considerada grande fonte de riqueza da época, além de os bois serem utilizados nos engenhos, que era o principal agente motor de transporte, servindo ainda como fonte de alimento, e assim foi por um longo período, já por volta do século XVI chegaram ao Brasil os primeiros eqüinos, ovelhas e cabras oriundos de Portugal e Cabo Verde (NETO, 1970).

Ainda de acordo com os estudos de Neto (1970) no século XVIII a pecuária no Brasil começou a exercer uma relevante função social e no século XIX a grande preocupação da pecuária é cuidar do aperfeiçoamento das raças, começando então a ser introduzidas no rebanho brasileiro algumas raças nobres, esse século é conhecido historicamente como séculos das feiras de gado.

O auge do setor de criação de gado no século XIX era a venda e utilização do couro, pode se dizer que na época era o único artigo de exportação da pecuária da época, a produção do couro era utilizada nas portas das cabanas, fabricação de cordas, alforjes para comida, maca para guardar roupas, mochilas, roupas de viagem, dentre muitos outros utensílios (SIMONSEN, 2005).

Um pouco mais adiante, já no século XX, Neto (1970) afirma que os governo do Brasil começou a dar mais atenção no setor da pecuária, foram criados vários decretos governamentais a fim de materializar algumas medidas publicas para o setor, dentre elas, convém citar o Decreto RPCJ, Portugal-PT, V.1, Nº2, p. 31-48, Ago./Dez.2020 www.revistas.editoraenterprising.net Página 36

n 8.831, de 31 de outubro de 1910 que cria o Serviço de Veterinária do Ministério da Agricultura com o intuito de combater a mortalidade elevada do rebanho, já em 1915 por meio da Lei 11.461 de 27/01/1915 foram regulamentados os postos zootécnicos e no mesmo ano regulamentadas as importações e transportes de animais reprodutores por meio do Decreto 11.579, em 1918 pelo decreto 12.889 foram concedidas medidas especiais à criação de ovinos e caprinos, no mesmo ano por meio do Decreto 12.890 foram concedidos o direito de transporte nas estradas ferroviárias para reprodutores de raça, e ainda nesse período, por meio do Decreto 13.026 foi proibido a matança de vitela e vacas consideradas aptas para a reprodução, estabelecendo condição para a concessão de atestados de salubridade de couros de animais abatidos no país, ou seja um século que representou um grande avanço na pecuária brasileira.

Corroborando com o referido autor, Simonsen (2005) pontua que a partir do século XX há uma preocupação maior em progredir, nota-se uma revolução tremenda no setor devido a revolução industrial que com o advento da máquina, transformou tudo, além de aperfeiçoar a comunicação, melhorando os transportes e a invenção da aviação, que possibilitou a aproximação de nações antes tão separadas.

Na década de 1920, Neto (1970) destaca que vários criadores preocupados com o futuro acabaram mandando seus filhos para estudar na Europa e América do Norte, o que modificou a realidade da pecuária no Brasil, posto que, novas práticas começaram a ser aplicadas às exportações rurais, e novos métodos de exploração pastoril modernizaram os estabelecimentos dinamizando as atividades graças aos conhecimentos que foram sendo adquiridos mediante os estudos ora propiciados.

Diante disso, ainda segundo o mesmo autor, percebe-se que o mundo rural foi se modernizando e a partir de 1970, métodos novos de criação, pastagem adequada, racional manejo do gado, controle de doenças que afligem os animais, instalações e benfeitorias para o setor fizeram com que o setor pecuário se expandisse no Brasil, e o ápice dessa expansão se deu com a criação das exposições agropecuárias em 1899 e 1900, a criação do CREIA em 1938 sendo o mesmo atuante no crédito rural, a indústria de carne frigorífica e a criação e multiplicação de cooperativas de produtos a partir de 1907, se tornando o Brasil um dos maiores exportadores de carne do mundo (NETO, 1970.)

2.2.3 Produção Agrícola no Brasil

Diante da grande variedade climática e da vasta extensão de território, o Brasil produz uma gama imensa de produtos agrícolas que são distribuídos pelas cinco regiões existentes no RPCJ, Portugal-PT, V.1, N°2, p. 31-48, Ago./Dez.2020 www.revistas.editoraenterprising.net Página 37

país, dentre as quais, cada região produz uma especialidade de cultivo de acordo com o que suas condições determinam, desta forma dentre muitos, de acordo com uma pesquisa feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) serão elencados os produtos com maior destaque na cultura brasileira (RONCON, 2011).

De acordo com os estudos de Roncon (2011) os principais produtos agrícolas do Brasil, em um levantamento feito pelo IBGE em 2011 destacam-se primeiramente o café, base da economia agrícola brasileira, tendo sua produção maior no estado de São Paulo, encontrando condições físicas favoráveis para se desenvolver por todo o país, com destaque no norte do Paraná, sul de Minas e Mato Grosso do Sul, logo em seguida, destaca-se o cacau, nascido exclusivamente no Brasil e sendo cultivado de início na Amazônia, têm hoje na Bahia a sua maior produção no país, em terceiro lugar, cita-se a cana-de-açúcar, representando na época 1,5 do PIB do país, só de etanol atinge a marca de cinco bilhões de litros exportados e de açúcar, destina ao comércio externo 20 milhões de toneladas, sendo considerado o Brasil um dos maiores produtores desse produto, exportando principalmente para os Estados Unidos, Europa e Rússia.

Ainda segundo o mesmo autor, a soja também merece destaque, pois o Brasil é o segundo maior produtor no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, tendo às regiões sul e sudeste as maiores produções de soja na época, logo em seguida, destaca-se o milho, com produção em todos os estados, sendo o Paraná o principal produtor, em seguida o trigo recebe o destaque, como o produto alimentício mais importado pelo Brasil, em seguida, convém citar o arroz, produto primordial na mesa dos brasileiros, cultivado em todas as regiões do país, sendo o Brasil considerado como um dos maiores produtores mundiais de arroz, sendo o Rio Grande do Sul o estado que mais produz seguido apenas de Minas Gerais e Goiás, por fim, não menos importante, vem ao ranking o algodão, onde o Brasil ocupava em 2011 a 6 colocação como maior produtor mundial do produto, sendo superado pela China, Rússia, EUA, Índia e Paquistão (RONCON, 2011).

Uma estimativa feita pelo IBGE em 2020 aponta que a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas alcançou 252,0 milhões de toneladas, 4,4% superior a obtida no ano de 2019, sendo o arroz, o milho e soja os três principais produtos agrícolas deste grupo, que somados representam 92,7% da estimativa da produção e respondem por 87,1% da área colhida, em relação a distribuição de produção pelas Unidades da Federação, o Mato Grosso está a frente como maior produtor nacional de grãos, participando com 28,9%, seguido do Paraná com 16,0%, Rio Grande do Sul com 10,5%, Goiás com 10,3%, Mato Grosso do Sul com 8,0% e Minas Gerais com 6,2% (IBGE, 2020).

3. POLÍTICA AGRÍCOLA E O PROCESSO DE INOVAÇÃO E CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO

3.1 Políticas Públicas e a Política Agrícola

No que concerne a sua aceção, existem inúmeras definições de políticas públicas, dentre as quais convém citar Mead (1995), que a trata como um campo específico do estudo da política, onde o governo é o responsável por analisar e tratar de grandes questões públicas. Nesse mesmo cenário, Peters (1986) caracteriza a política pública como sendo a somatória das atividades desempenhadas pelo Estado que acabam por influenciar a vida dos cidadãos.

Atualmente, de acordo com Secchi (2010) as abordagens inerentes às políticas públicas se dividem em duas correntes, a estatista e a multicêntrica, onde as estatistas são aquelas em que há certo grau de influencia de atores estatais, ou seja, nessa concepção o que vai determinar se uma política é ou não pública é a personalidade jurídica do formulador, já no que se refere a abordagem multicêntrica, a sua caracterização como política pública está na origem do problema a ser enfrentado, sendo assim, o que importa não é quem formula a política e sim, se o problema a qual se propõe a enfrentar é público.

Quanto às políticas agrícolas, pode-se dizer que estas abordam um conjunto de medidas e ações do Estado, praticadas por meio de planos e programas do governo direcionados especificamente ao setor agropecuário, em todo o mundo, justifica-se a proteção e o incentivo a agricultura por meio de intervenção governamental pela sua importância econômica, política e social, não só do setor, mas em uma escala global de caráter sistêmico (BARBOSA, 2016).

De acordo com Coelho (2011) existem inúmeras razões econômicas pelas quais os governos interferem nos mercados agropecuários por meio das políticas públicas, entre elas convém citar a melhoria na alocação de recursos, redução da flutuação na renda e a segurança alimentar.

Para Mendes e Padilha Junior (2007) a intervenção do governo do setor agrícola se dá especialmente sobre a necessidade de fundos para financiar a manutenção de estoques no período entre a colheita e a comercialização, haja vista que, na época da colheita os preços agrícolas costumam cair em decorrência da oferta e da demanda, tendo grande disponibilidade de determinado produto no mercado.

Quanto a sua classificação, Mueller (2007) denota que as políticas agrícolas podem ser quantitativas, quando abrangem estímulos de mercado, como preços mínimos, tributação, subsídios, seguro, crédito agrícola, ou ainda políticas para determinados produtos, e qualitativas, quando se direcionam no âmbito de mudanças estruturais, como infraestrutura, desenvolvimento tecnológico e uso da terra.

No Brasil, a política agrícola é representada e defendida pela Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, em seu artigo 3º, que estabelece que o Estado exercerá função de planejamento, responsável por “[...] promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais [...]”.(BRASIL, Lei nº8.171/1991).

3.2 Instrumentos da Política Agrícola

Sabe-se que o setor agropecuário apresenta um conjunto de características que o diferencia dos demais setores da economia, pois possui uma alta dependência de condições climáticas e uma maior sazonalidade na oferta, o que diante de uma demanda relativamente estável, acaba resultando em uma maior instabilidade de preços e renda para os produtores, diante desses fatores e devido à importância do setor agrícola para o abastecimento interno de produtos alimentícios e matérias-primas industriais, justifica-se a formulação de políticas agrícolas capazes de atender as necessidades específicas do setor, bem como garantir uma oferta adequada dos produtos agrícolas (BUAINAIN FILHO, 2007).

Com isso, surgem as políticas agrícolas, que tem como objetivo principal auxiliar os produtores rurais diante do cenário de incerteza e instabilidade que o setor representa, intervindo por meio do governo nas condições e variáveis específicas de cada setor, como por exemplo, a definição de taxa de juros, condições favoráveis para acesso ao mercado externo, estímulo de produção de determinado produto, ou até mesmo dificultar a produção do mesmo, dependendo da oferta e demanda do mercado agropecuário (BARBOSA, 2016).

3.2.1 Crédito Rural

O crédito rural de acordo com Barbosa (2016) tem como objetivo estimular investimentos rurais feitos pelos produtores rurais ou pelas cooperativas rurais, favorece o

custeio, a produção e também a comercialização de produtos agropecuários, fortalecendo o setor rural principalmente no que tange aos médios e pequenos produtores rurais.

De acordo com Santo (2001) de forma tradicional a agricultura é menos atrativa aos bancos do que as atividades dos setores urbanos, por ser uma atividade que depende de condições climáticas e considerada de risco, eram poucos os bancos que se interessavam em oferecer crédito aos produtores, por esse motivo, coube ao governo federal destinar 70% do crédito rural aos agricultores por meio do Banco do Brasil a fim de sanar as necessidades de produção do setor agrícola.

Segundo a concepção de Heinze (1991, p. 4) “considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros, por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural”.

No que tange ao manual de crédito rural, Bacha (2004) afirma que se trata de um documento normativo editado pelo Banco Central que mantém atualizadas as documentações para acessar o programa, prazos de pagamento, encargos financeiros, garantias dentre outros.

Desta feita, compreende-se que o crédito rural nada mais é que um mecanismo que fornece recurso financeiro a produtores rurais, sendo eles pessoa física ou jurídica, cooperativas de produtores rurais, e ainda pessoa física ou jurídica que mesmo não sendo considerado produtor rural se dedique a atividades vinculadas ao setor, tais como: pesquisa e produção de mudas, pesquisa ou produção de sêmen para fins de inseminação artificial e embriões, prestações de serviço mecanizadas de natureza agropecuária em imóveis rurais, proteção do solo, exploração de pesca e aqüicultura com fins comerciais, medição de lavouras, atividades florestais, dentre outras (BARBOSA, 2016).

O crescimento do crédito rural foi de fundamental importância para o setor agrícola, pois permitiu a incorporação de tratores, máquinas agrícolas e compra de insumos químicos, bem como a renovação da frota brasileira, é uma política de crédito que contribuiu para fortalecer a aproximação da agricultura com a indústria, expandindo o setor e permitindo a adequação de novas tecnologias e técnicas agrícolas (BACHA, 2004).

3.2.2 Seguro Rural

No que diz respeito ao seguro rural, pode se dizer que esse é um dos instrumentos da política agrícola mais importantes, uma vez que oferece proteção ao produtor rural contra perdas decorrentes, principalmente de fenômenos climáticos adversos, cobrindo não só a atividade agrícola mas também as atividades relacionadas a pecuária, o patrimônio do produtor

RPCJ, Portugal-PT, V.1, Nº2, p. 31-48, Ago./Dez.2020 www.revistas.editoraenterprising.net Página 41

rural, os produtos por ele comercializados , e ainda o seguro de vida dos produtores (RONCON, 2011).

Corroborando com o referido autor, Buainain Filho (2007) menciona que devido ao grau de risco e incerteza que as atividades agrícolas possuem, há uma maior necessidade de proteção ao produtor, daí a importância do seguro rural, pois enquanto os programas de preço mínimo são aptos a reduzir os riscos econômicos, os programas de seguro têm como principal função a redução dos efeitos negativos decorrentes de condições climáticas desfavoráveis, o Proagro é o órgão responsável por ofertar o seguro agropecuário no Brasil, em suma trata-se de um seguro que no caso de perda total ou parcial da produção por consequência de problemas climáticos, dá cobertura ao financiamento tomado pelo produtor para o custeio da safra.

Desta feita, o principal objetivo do seguro rural é ofertar coberturas capazes de atender ao mesmo tempo o produtor, a produção, família, os, financiadores, investidores, parceiros de negócios, enfim todos aqueles envolvidos na maior diluição possível dos riscos , permitindo ao produtor fazer uma maior gestão de riscos agrícolas afetando positivamente na estabilidade e renda do produtor,garantindo sua permanência na atividade, amenizando riscos de perdas e uma rápida recuperação da sua capacidade financeira caso ocorram sinistros por motivos naturais incontroláveis (GUIMARÃES;NOGUEIRA, 2009).

3.2.3 Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)

Criado em 1996, o Pronaf como o próprio nome já diz tem como principal objetivo o fortalecimento da agricultura familiar e colaborar para a geração de empregos e renda nas áreas rurais e urbanas, de modo a reparar as condições de vida dos pequenos produtores rurais (LANDAU, 2020).

De acordo com Reydon (2014) trata-se de uma política pública que ao longo dos anos vem fortalecendo de forma positiva a produção nas pequenas unidades familiares, buscando o estímulo a geração de renda e o aperfeiçoamento do uso da mão de obra familiar, financiando atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em propriedades rurais ou em áreas comunitárias próximas.

Segundo uma matéria publicada no blog Agrosomar no ano de 2019, o Pronaf é um programa criado pelo governo federal que atende exclusivamente os pequenos produtores de unidades familiares, os créditos oferecidos pelo programa auxiliam os produtores no desenvolvimento do negócio e podem ser investidos em inúmeras melhorias, tais como compra

de insumos, benfeitorias para a propriedade, compra de maquinários, dentre muitos outros recursos a fim se tornar o negócio mais prospero. (AGROSOMAR, 2019).

Ainda segundo a mesma matéria, a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% de toda produção agrícola do Brasil e segundo o Ministério da Agricultura, o Pronaf já disponibilizou cerca de R\$156 bilhões em projetos, o crédito oferecido pelo programa possibilita uma maior tranquilidade ao produtor uma vez que oferta o credito com juros mais baixos do que outras linhas de crédito convencionais, como primeiro requisito para aderir ao programa e ter o crédito aprovado é ser agricultor familiar, morar na propriedade ou próximo a ela e ganhar até R\$360 mil por ano, hoje o Pronaf se divide em vários subprogramas, dentre eles convém citar, o Pronaf Agroindústria, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, PronafECO, Pronaf mais Alimentos, Pronaf Jovem, Pronaf microcrédito e Pronaf Cotas-partes (AGROSOMAR, 2019).

3.2.4 PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos)

A PGPM é um instrumento importantíssimo da política agrícola e de sustentação de renda do setor rural tendo como principal objetivo diminuir as oscilações na renda dos produtores rurais assegurando uma remuneração mínima, atuando como mediadora da oferta de alimentos, incentivando ou desestimulando a produção garantindo a regularidade do abastecimento nacional e a estabilização de preços, sendo atualmente executada e de responsabilidade da CONAB (ALMEIDA, 2014).

Segundo os estudos de Roncon (2011) o preço mínimo de garantia é determinado pelo governo federal para os produtos das safras regionais e de verão e apontam o momento ideal para o apoio do governo na comercialização, que pode ser feita por meio de operações de compra, equalização de preços ou ainda de financiamento, sendo assim, o governo atua quando o preço de mercado está abaixo do mínimo nas regiões produtoras.

Corroborando com o referido autor, Stefanelo (2005) afirma que a definição dos preços mínimos ocorre por diferentes critérios técnicos e políticos, mediante o estudo de alguns parâmetros, como: análise dos mercados nacional e mundial, cotações de mercado futuro e internacional, preços ao produtor e atacado nacional, preços de importação e exportação e custos de produção.

Assim, segundo Buainain Filho (2007, p.317):

O Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visa oferecer ao produtor uma proteção para os preços recebidos pelos produtos agrícolas. O preço para cada produto coberto pela política é anunciado antes do início do plantio e, teoricamente, define um piso para os preços recebidos pelos produtores: o “preço mínimo”. A política de preços mínimos é operacionalizada por meio dos Empréstimos do Governo Federal (EGF) e das Aquisições do Governo Federal (AGF).

O programa foi criado com o objetivo de determinar um preço padrão para a comercialização agrícola de forma a evitar que os produtores rurais tenham prejuízo caso haja uma queda dos preços dos seus produtos, principalmente na época de concentração da colheita, a política do preço mínimo garante ao produtor vender sua produção ou até mesmo financiar sua armazenagem (RONCON, 2011).

Conforme citado por Araujo (2005) antes do plantio de cada safra é feito um estudo pelo Governo da quantia que o produtor terá de gasto para o plantio de determinado produto, nestes gastos são analisadas a mão-de-obra necessária para a produção como um todo, os insumos que será utilizados, o combustível e ainda a depreciação dos maquinários, feito isso, em sequencia o Governo estipula um preço mínimo deste produto, na qual já está embutida uma percentagem de lucro, sendo assim, cabe ao produtor se é viável ou não realizar o plantio.

Hoje, o Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) estipula os preços mínimos tendo como base o custo variável médio de produção e no preço de paridade de importação, além disso o Conab analisa o preço ao produtor de forma que os preços fixados não sofram grandes retrações ou elevações, analisa ainda o preço de produto no atacado, verificando se de forma eventual esses preços mínimos não estariam proporcionando um produto com custos não suportáveis pelo mercado e, se a proposta de preço mínimo não está defasada em relação ao que ocorre no mercado no momento da comercialização, e por fim, analisa também tendências internacionais baseados em projeções de oferta e demanda mundial estimulando o preço dos produtos na época da colheita, e não somente durante a definição dos preços mínimos (COSTA, 2015)

Desta feita, ainda segundo os estudos de Costa (2015) a PGPM está inserida dentro do contexto de uma política agrícola, pois busca mitigar os riscos inerentes à produção rural, reduzindo a volatilidade de renda dos produtores e, por conseguinte, contribuir para a promoção de oferta adequada dos produtos agrícolas no mercado.

4. CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA PARA O CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO

O setor agropecuário tem um importante papel no desenvolvimento da sociedade brasileira e ao longo dos anos tem sido um setor estratégico, que em vários momentos estimulou e assegurou a economia brasileira, possuindo papel estratégico não apenas na promoção do desenvolvimento econômico do país, mas na geração de emprego e renda, na segurança alimentar, redução da pobreza e da desigualdade no país, contribuindo ainda de forma positiva para elevar a qualidade ambiental dos ecossistemas (GARCIA; FILHO, 2014).

No que diz respeito ao agronegócio, Barbosa (2016) afirma que a política agrícola se faz importante por ser responsável pelo suporte e desenvolvimento do setor, editando um conjunto de medidas e ações governamentais voltadas para o planejamento, financiamento e seguro da produção, praticadas através de planos e programas direcionados a agropecuária.

A política de crédito rural, o seguro rural, a criação do PRONAF e a PGPM dentre muitos outros elementos importantes da política agrícola brasileira são ferramentas cruciais para o desenvolvimento e crescimento do agronegócio no Brasil, por meio delas foi possível adotar novas tecnologias para o campo, o que permitiu a modernização da agropecuária nacional, bem como a elevação dos produtos produzidos, o que levou o Brasil ficar entre os principais produtores e exportadores de diversos produtos agrícolas no mundo, fortalecendo o setor agropecuário, que vem crescendo a cada dia mais (SANTO, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura é explorada em diferentes grandes lavouras que era formado por pequenas unidades onde a própria família trabalhava a terra, com o emprego do trabalho escravo ocorrendo de forma limitada, como cultura essas pequenas propriedades cultivavam a mandioca e o milho, sendo o milho a base da alimentação humana da colônia, o tubérculo era valorizado pela excelente forragem animal.

O agronegócio no Brasil sempre teve atrelado ao desenvolvimento econômico do país, seja pela agricultura como pelas atividades agropecuárias desenvolvidas no país, é notável também que desde os seus primórdios passou por inúmeras transformações. Houve uma democratização do setor público, foram criados inúmeros programas por parte do governo a fim de contribuir para o desenvolvimento do setor agrícola no país, todos no sentido de ajudar o produtor rural a se manter no mercado, a produzir mais e garantir o seu sustento, gerar renda e emprego e garantir o alimento a mesa de todos.

Pontua-se que muito foi feito, ainda há de se fazer, no entanto percebe-se que as transformações embora seja um processo lento vem acontecendo e o resultado é indiscutível, o agronegócio é hoje um dos maiores produtores de produtos agrícolas do mundo, tanto para o mercado interno quanto para externo, movimentando muitos outros setores, dentre eles a empregabilidade que mesmo com a aquisição de tecnologias de produção não substituem a mão-de-obra, empregando ainda um grande número de trabalhadores, cerca de 24,3% dos empregos do país, representando ainda em 2020 26,6% do PIB nacional. Desta forma, de acordo pode-se concluir que as políticas públicas são fundamentais para transformar o agronegócio gerando renda e influenciando diretamente na economia do país e melhorando a vida das pessoas, preservando o meio ambiente e gerando crescimento econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, André Martins de. **A Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB no período após a abertura comercial:** mudança institucional e novos instrumentos. Piracicaba, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-05052014-105819/pt-br.php>>. Acesso em: Maio/ 2021.

AGROSOMAR. **Financiamento do Pronaf:** Quais os benefícios e como fazer parte? Publicado em 2019. Disponível em: <<https://blog.fastformat.co/como-fazer-citacao-de-artigos-online-e-sites-da-internet/>>. Acesso em Mar/2021.

ARAÚJO, Massilon J. . **Fundamentos de Agronegócios.** 2. Ed.. São Paulo: Atlas, 2005.

BACHA, Carlos, José Caetano. **Evolução recente da cafeicultura mineira; determinantes e impactos.** Tese (Doutorado em economia). Instituto de Pesquisa Econômica. Universidade de São Paulo, 1988.

_____, José Caetano. **Economia Agrícola no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2004.

BARBOSA, Fernanda Cristina Martins. **Políticas Agrícolas e os Gargalos do Agronegócio Brasileiro:** O caso da política Agrícola de Garantia dos Preços Mínimos –PGPM. Monografia (Bacharelado em Gestão do Agronegócio). Universidade de Brasília –Faculdade UNB Planaltina. Brasília/DF, 2016, 52p.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8171.htm>. Acesso em: 23 abr. 2016.

_____. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Indicadores IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola/ Estatística da Produção Agrícola.** 138p.

Contribuição Da Política Agrícola Brasileira Para O Crescimento Do Agronegócio

Nov/2020. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/periodicos/epag2020>>. Acesso em Abr/2021.

BUAINAIN, Antônio Márcio; FILHO, Hildo Meirelles de Souza. A política agrícola no Brasil: evolução e principais instrumentos. In : BATALHA, Mário Otávio . Gestão Agroindustrial: GEPAI: **Grupo de estudo e pesquisas agroindustriais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

COELHO, Carlos Nayro. 70 Anos de Política Agrícola no Brasil. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, v.10, n. 03 jul./ago./set. 2001.

COSTA, Leonardo Tavares Lameiro da. **A Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema2/2015-7842-politica-de-garantia-de-precos-minimos-leonardo-costa>>. Acesso em: Abril /2021.

GARCIA, Junior Ruiz; FILHO, Jose Eustáquio Ribeiro Vieira. **Reflexões sobre o papel da Política Agrícola Brasileira para o desenvolvimento sustentável**. Artigo. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. ISSN1415-4765. 38f. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em:<http://repositório.ipea.gov.br/bitstream/11058_1936>. Acesso em Out/2020.

GUIMARÃES, Marcelo Fernandes; NOGUEIRA, Jorge Madeira . **A experiência norte-americana com o seguro agrícola: lições ao Brasil?** . Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032009000100002&script=sci_arttext>. Acesso em Mar/ 2021.

HEINZE, Braulio Cezar Lassance Britto. **Fontes de Crédito para os projetos de desenvolvimento rural**. Brasília – DF, 1991.

JUNIOR Caio Prado. **História econômica do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LANDAU, Elena Charlotte; SILVA, Gilma Alves da; MOURA, Larissa; HIRSCH, André; GUIMARÃES, Pereira Daniel; THOMAZINI, André; GARAGORRY, Fernando Luis; MONTEIRO, José Eduardo Boffino de; MIRANDA, Rubens Augusto de; CAIXETA, Samuel Petraccone. **Dinâmica da Produção Agropecuária e da paisagem natural do Brasil nas últimas décadas**. Brasília, DF: Embrapa, 2020.

MEAD, Lawrence. **Políticas Públicas: Visão, Potencial, Limites, as correntes políticas**, 1995.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio**. Uma abordagem econômica. São Paulo: Ed. Pearson Prentice Hall, 2007.

MORAES, Gilmar Ferreira de. **Políticas Públicas do Agronegócio**. Indaial: UNIASSELVI, 240 p., 2017.

MUELLER, Charles Curt. **Conflitos intragovernamentais e a formação de políticas de preços agrícolas no Brasil**. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 685-708, 1988. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/957/896>>. Acesso em: Mai/ 2021.

NETO, José Bernardo de Medeiros. **Desafio à Pecuária Brasileira: crise no campo**.

Porto Alegre: Sulina, 1970.

PAIVA, Ruy Miller; CHATTAN, Salomão; FREITAS, Claus Trench de. **Setor agrícola no Brasil**: Comportamentos econômicos, problemas e possibilidade. Brasília: Eldorado, 1973.

PETERS, Brainard Guy. **Política Pública americana**. Chatham, N.J: Chatham House, 1986.

REYDON, Bastian Philip. Governança de terras e a questão agrária no Brasil. In:BUAINAIN, ANTÔNIO MÁRCIO et al. **O mundo rural no Brasil no século 21**.Campinas: Unicamp, 2014.
RONCON, Natalia. **A Importância do Setor Agrícola para a Economia Brasileira**. Monografia (Bacharelado em Administração). Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA/IMESA. Assis, 2011, 69p.

SANTO, Benedito Rosa do Espírito. **Os caminhos da Agricultura Brasileira**. São Paulo : Evoluir, 2001.

SECCHI, L. **Políticas públicas**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

STEFANELO, Eugenio Libreloto. **A Política de Garantia de Preços Mínimos no Brasil**: Classificação e Operacionalização dos seus Instrumentos no Período 1990-2004. Tese de Doutorado. Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://intranet.conab.gov.br/dados/gestaopessoas/capacitacaoedesenvolvimento/teses/tese_eugenio stefanelo.pdf>. Acesso em: Maio /2021.

SIMONSEN, Roberto Carlos. **História Econômica do Brasil 1500-1820**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2005.